



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
SARANDI**

AV. SETE DE SETEMBRO, 1790 - 99560-000
90.161.779/0001-10 - (54) 3361-1911

Processo Nro 0212/2026

REQUISIÇÃO DE DIÁRIA Nº 54/2026

Repartição: SECRETARIA

Autorias: JOÃO CARLOS DA SILVA ALVES

Descrição: Viagem com saída pela manhã do dia 7/04 (terça), para realizar Curso de especialização no INLEGIS - Consultoria e Treinamento, com o seguinte temário: ATUALIZAÇÃO, GESTÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR. Início na terça no período da tarde e término na sexta-feira, 10 de abril, fim da manhã. Após encerrados os compromissos retorno à Sarandi, chegando no fim do dia.

Nro Protocolo: 00762/2026

Data protocolo: 06/04/2026 13:46

Data Elaboração: 06/04/2026

Status: Em Análise

Evento

Data de elaboração

INÍCIO - CONCLUÍDO	06/04/2026
DOCUMENTO NUMERADO - CONCLUÍDO	06/04/2026
MÍNIMO DE 1 ASSINATURA(S) ATINGIDA	06/04/2026
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO REQUERENTE - CONCLUÍDO	06/04/2026
ENCAMINHADO AO GABINETE DA PRESIDÊNCIA - CONCLUÍDO	06/04/2026
REQUISIÇÃO DEFERIDA - CONCLUÍDO	06/04/2026
PROCESSO NUMERADO - CONCLUÍDO	06/04/2026
MÍNIMO DE 1 ASSINATURA(S) ATINGIDA	06/04/2026
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO PRESIDENTE - CONCLUÍDO	06/04/2026
EMPENHOS ANEXADOS - CONCLUÍDO	07/04/2026
RELATÓRIO DE VIAGEM ELABORADO - CONCLUÍDO	14/04/2026
DOCUMENTOS DA VIAGEM ANEXADOS - CONCLUÍDO	14/04/2026

Total de Registros: 1

ANIVERSÁRIO INLEGIS 2026

61º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS: ATUALIZAÇÃO, GESTÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Para Vereadores, Diretores, Assessores e Servidores das Câmaras Municipais

07 a 10 de Abril

4 dias de imersão

Código do curso0026/0704 (Módulo
reduzido)**Carga Horária**

17 horas Aula

**Módulo
Estendido**Conteúdo
aprofundado**+ 20 instrutores**

Evento completo

Certificado de Participação

Emitido ao final do evento

Sobre o Evento

O 61º Encontro de Legislativos reúne o que há de mais atual em legislação, gestão pública e segurança jurídica para o mandato parlamentar. Em sua edição mais completa, você terá 4 dias de conteúdo prático e aplicável ao seu dia a dia.

Com foco nos apontamentos dos Tribunais de Contas, nas novas exigências legais e na gestão eficiente de gabinetes, o evento prepara o parlamentar e sua equipe para atuar com excelência e dentro da lei.

Mais de 60 edições realizadas com sucesso comprovam a qualidade e a relevância do conteúdo para o poder legislativo municipal de todo o Brasil.

Público-Alvo

Destinado a todos os profissionais envolvidos na gestão pública municipal, incluindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores Públicos, Agentes Administrativos, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Secretários Municipais, Procuradores Jurídicos, Comissão de Orçamento, Comissão de Licitação, Pregoeiros, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Controladores Internos, Assessoria de Imprensa, Oficiais de Gabinete, telefonistas, recepcionistas, atendentes ao público, técnicos de informática, técnicos em contabilidade, servidores de Procons Municipais, Serviços Gerais e todos os demais profissionais do setor público municipal que buscam aprimoramento e atualização nos temas administrativos, jurídicos, e legislativos.

⚡ Vagas limitadas — inscrições encerram em

Grade de Palestras

01

**Luis Carlos Heinze**

Senador da República - RS

SEGURANÇA JURÍDICA**SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR: COMO PROTEGER SEU MANDATO**

Responsabilidades civis, criminais e administrativas do parlamentar. Limites da imunidade, casos de perda de mandato e como agir com segurança em cada etapa da atuação legislativa.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Responsabilidade civil e criminal do vereador
- › Imunidade parlamentar: alcance e limites
- › Perda de mandato: causas e prevenção
- › Conflito de interesses e incompatibilidades
- › Casos reais julgados no Congresso Nacional
- › Como agir com segurança no dia a dia

02

**ernani polo**

Pré-Candidato ao Governo do Estado - Dep. Estadual

ELEIÇÕES 2026**VISÃO DE ESTADO E FUTURO DOS MUNICÍPIOS: DA EXPERIÊNCIA NA GESTÃO AO DESAFIO DE GOVERNAR O RIO GRANDE DO SUL**

A construção de um Estado forte passa necessariamente pelo fortalecimento dos municípios. Com experiência na gestão estadual, especialmente em áreas estratégicas como desenvolvimento econômico e agricultura, e projetando um novo ciclo político com a possibilidade de assumir a vice-governadoria, esta palestra apresenta uma visão prática sobre os caminhos para o crescimento do Rio Grande do Sul. O foco está na relação entre Estado e municípios, nos desafios reais da gestão pública e nas oportunidades de desenvolvimento regional.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Os principais gargalos dos municípios gaúchos: financiamento, infraestrutura e geração de renda
- › Integração entre Estado e municípios: como construir políticas públicas mais eficientes
- › O papel do vice-governador na articulação política e no desenvolvimento regional
- › Perspectivas para o futuro do Rio Grande do Sul e oportunidades para os municípios

03

**Renato Luís Bordin de Azeredo**

Conselheiro TCE-RS, mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Foi auditor público externo do TCE-RS de 2003 a 2014 e procurador do Município de Viamão de 1998 a 2003.

CONSELHEIRO TCE**CONSÓRCIOS MUNICIPAIS: A VISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE GOVERNANÇA, LEGALIDADE E RESULTADOS**

Os consórcios públicos têm se consolidado como uma importante ferramenta de cooperação entre municípios para ampliar a capacidade de gestão, reduzir custos e viabilizar políticas públicas que isoladamente seriam difíceis de executar. No entanto, sua estrutura exige atenção rigorosa às normas de governança, transparência e controle, especialmente sob a ótica dos Tribunais de Contas. Esta palestra apresenta os principais pontos observados pelos órgãos de controle, os riscos mais comuns e as boas práticas que garantem segurança jurídica aos gestores e parlamentares.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Fundamentos legais dos consórcios públicos: Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007
- › Papel do Executivo e do Legislativo na criação, adesão e fiscalização de consórcios
- › Governança, planejamento e prestação de contas nos consórcios municipais
- › Principais apontamentos dos Tribunais de Contas e riscos de irregularidades
- › Boas práticas para garantir eficiência, transparência e segurança na gestão consorciada

04



Mario Augusto

Ex Secretário-adj. de Desenvolvimento

Econômico do Rio Grande do Sul, 2x Prefeito de Dom Pedrito + jovem e + votado da história, 85%

COMUNICAÇÃO

COMUNICAÇÃO QUE GERA CONFIANÇA: COMO TRANSFORMAR GESTÃO EM APROVAÇÃO POPULAR

Muitos gestores trabalham, entregam resultados, mas não conseguem transformar isso em reconhecimento da população. A falta de estratégia na comunicação gera distanciamento, críticas e baixa aprovação. A partir de uma experiência prática de gestão com altos índices de aprovação, esta palestra apresenta como alinhar comunicação, entrega e percepção pública, fortalecendo a imagem institucional e a confiança da comunidade.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Por que boas gestões não são percebidas pela população
- › Como transformar ações administrativas em comunicação clara e relevante
- › Construção de confiança: proximidade, presença e coerência
- › Erros comuns na comunicação de gestores e como evitar desgaste
- › Estratégias práticas para aumentar a aprovação e o reconhecimento público

05



Leandro Evaldt

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O FUTURO ECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL: O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NA GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES

O desenvolvimento do Estado passa diretamente pela capacidade dos municípios de se organizarem, inovarem e criarem ambientes favoráveis ao crescimento econômico. Em um cenário de transformação, é fundamental alinhar políticas públicas, investimento e estratégia regional. Esta palestra apresenta uma visão de futuro para o Rio Grande do Sul, destacando o papel dos municípios na geração de emprego, renda e competitividade.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Panorama atual e perspectivas da economia gaúcha
- › Integração entre Estado, municípios e setor produtivo
- › Políticas públicas que impulsionam desenvolvimento e inovação
- › Oportunidades para pequenos e médios municípios crescerem com planejamento
- › Estratégias para fortalecer a economia local e regional

06



Kalil Sehbe Neto

Diretor do Setor Público do BADESUL, graduado em Administração de Empresas pela PUC-RS, pós-graduado em Administração de Empresas com ênfase em Marketing pela UFRGS e mestre em Ciências Sociais pela PUC-RS.

BADESUL

INVESTIMENTO INTELIGENTE NOS MUNICÍPIOS: CRÉDITO, INFRAESTRUTURA E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Muitos gestores trabalham, entregam resultados, mas não conseguem transformar isso em reconhecimento da população. A falta de estratégia na comunicação gera distanciamento, críticas e baixa aprovação. A partir de uma experiência prática de gestão com altos índices de aprovação, esta palestra apresenta como alinhar comunicação, entrega e percepção pública, fortalecendo a imagem institucional e a confiança da comunidade.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Por que boas gestões não são percebidas pela população
- › Como transformar ações administrativas em comunicação clara e relevante
- › Construção de confiança: proximidade, presença e coerência
- › Erros comuns na comunicação de gestores e como evitar desgaste
- › Estratégias práticas para aumentar a aprovação e o reconhecimento público

MEIO AMBIENTE**NOVA LEI GERAL DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: IMPACTOS, RESPONSABILIDADES E DESAFIOS PARA OS MUNICÍPIOS**

As mudanças nas regras do licenciamento ambiental têm gerado dúvidas, insegurança e preocupação entre gestores, vereadores e equipes técnicas, especialmente diante dos impactos diretos sobre obras, empreendimentos, desenvolvimento local e fiscalização. A falta de compreensão sobre as novas exigências pode atrasar projetos, aumentar riscos de responsabilização e comprometer decisões administrativas. Esta palestra apresenta os principais efeitos da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, com enfoque prático sobre o que muda para os municípios e como atuar com mais segurança jurídica e eficiência.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Principais mudanças trazidas pela nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental e seus reflexos na gestão municipal
- › Impactos sobre obras públicas, empreendimentos, desenvolvimento urbano e atividades econômicas
- › Como Executivo e Legislativo podem se preparar para atuar com mais segurança, planejamento e eficiência
- › Competências dos municípios, do Estado e da União no processo de licenciamento ambiental
- › Riscos jurídicos, fiscalização e responsabilização de gestores e agentes públicos

07

**Angela Molin**

Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA**COMUNICAÇÃO DESCONEXA: COMO ALINHAR MANDATO, EQUIPE E MENSAGEM**

A ausência de alinhamento estratégico entre o mandato, a equipe e o público é um dos maiores fatores de desgaste político e perda de relevância institucional. Quando não há clareza de posicionamento e coerência na comunicação, surgem ruídos internos, retrabalho e uma imagem pública fragilizada. Esta palestra apresenta soluções práticas para estruturar uma comunicação estratégica, integrada e orientada a resultados, fortalecendo a atuação parlamentar e a conexão com a sociedade.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Definição de mensagem central do mandato: propósito, prioridades e coerência institucional
- › Da comunicação reativa à estratégica: planejamento, calendário e antecipação de pautas
- › Segmentação de público: identificação de perfis, linguagem adequada e canais eficientes
- › Alinhamento entre político e equipe: papéis, fluxo de informação e cultura interna
- › Equilíbrio entre operacional e narrativa: transformar ações em posicionamento

08

**Paulo Borges**

O Homem do Tempo na RBS, Jornalista, Deputado Estadual e Diretor de comunicação na Assembleia Legislativa do RGS

09

**laura redel**

Laura Irber Redel é advogada e atual presidente da OAB Subseção de Três de Maio, cargo que exerce com destaque após passagens pelas funções de conselheira, tesoureira e vice-presidente da entidade. Com 18 anos de experiência profissional, atua nas áreas Cível, Família e Sucessões

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PAPEL DO PODER PÚBLICO: COMO IMPLEMENTAR AÇÕES EFETIVAS DE PROTEÇÃO À MULHER**

Apesar dos avanços legais, muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para transformar a legislação em ações concretas de proteção à mulher. A ausência de políticas estruturadas, a falta de integração entre setores e a atuação reativa acabam comprometendo o atendimento às vítimas e aumentando os riscos de reincidência da violência. Esta palestra apresenta como o poder público pode estruturar ações afirmativas eficazes, garantindo prevenção, proteção e atendimento qualificado às mulheres em situação de violência.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Responsabilidades do município no enfrentamento à violência doméstica
- › Atuação integrada entre saúde, assistência social, segurança e rede de apoio
- › Boas práticas para garantir atendimento humanizado e reduzir a reincidência da violência
- › Criação e fortalecimento de políticas públicas e programas de proteção
- › Medidas preventivas e campanhas de conscientização no âmbito municipal

10

**Eduardo Luchesi**

Advogado. Especialista em Direito Tributário pela Universidade de Franca - SP. Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS -RS). Experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional e Tributário

VALE ALIMENTAÇÃO**VALE-ALIMENTAÇÃO PARA VEREADORES: O QUE DIZ O TRIBUNAL DE CONTAS E QUAIS SÃO OS LIMITES LEGAIS**

A concessão de vale-alimentação para vereadores é um tema que gera dúvidas frequentes nas Câmaras Municipais e tem sido objeto de análise pelos Tribunais de Contas. A ausência de critérios claros pode gerar apontamentos, responsabilização de gestores e questionamentos sobre legalidade e moralidade administrativa. Esta palestra apresenta o entendimento predominante do Tribunal de Contas, os fundamentos jurídicos debatidos nos tribunais e quais cuidados o Legislativo deve observar para evitar irregularidades.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Natureza jurídica do cargo de vereador e diferenças em relação aos servidores públicos
- › Requisitos legais para eventual concessão: lei específica?, critérios e limites
- › Boas práticas para Câmaras Municipais que pretendem discutir ou implementar o benefício
- › Entendimento do Tribunal de Contas sobre a possibilidade de concessão de vale-alimentação
- › Principais riscos apontados pelos órgãos de controle e casos analisados pelos tribunais

11

**Daniel Trzeciak**

Deputado Federal

DESENVOLVIMENTO**ESTADO MAIS ENXUTO, MAIS RESULTADOS: COMO REDUZIR BUROCRACIA E IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Estruturas públicas excessivamente burocráticas, lentas e pouco eficientes têm dificultado o crescimento econômico nos municípios, afastando investimentos e travando iniciativas locais. Ao mesmo tempo, gestores enfrentam o desafio de modernizar a administração sem comprometer a legalidade e o controle. Esta palestra apresenta como um Estado mais enxuto, organizado e orientado a resultados pode criar um ambiente favorável ao desenvolvimento, atraindo investimentos, estimulando o empreendedorismo e gerando emprego e renda.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Burocracia excessiva como barreira ao desenvolvimento econômico municipal
- › Modernização da máquina pública e uso de tecnologia para ganho de eficiência
- › Boas práticas de gestão que conciliam controle, eficiência e crescimento econômico
- › Simplificação de processos e desburocratização com segurança jurídica
- › Ambiente de negócios: o papel do Executivo e do Legislativo na atração de investimentos

12

**Marcus Vinicius**

Deputado Estadual

PODER LEGISLATIVO**INOVAÇÃO NO PODER LEGISLATIVO: UM NOVO OLHAR PARA RESULTADOS, EFICIÊNCIA E CONEXÃO COM A SOCIEDADE**

Muitas Câmaras Municipais ainda operam com modelos tradicionais, pouco conectados com as demandas atuais da sociedade e com baixa capacidade de inovação. Isso gera lentidão nos processos, dificuldade de comunicação com a população e menor efetividade na atuação parlamentar. Esta palestra apresenta como o Poder Legislativo pode incorporar práticas inovadoras para modernizar sua atuação, qualificar a produção legislativa e fortalecer sua relevância institucional perante a comunidade.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › O que é inovação no contexto do Poder Legislativo e por que ela é necessária
- › Como aproximar o Legislativo da população por meio da inovação
- › Boas práticas de Câmaras Municipais que inovaram e melhoraram seus resultados
- › Modernização de processos legislativos e uso de ferramentas digitais
- › Uso de tecnologia e inteligência artificial no apoio à atividade parlamentar

CULTURA

CULTURA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: COMO MUNICÍPIOS PODEM GERAR IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL

A cultura ainda é subutilizada por muitos municípios como ferramenta de desenvolvimento, sendo frequentemente vista apenas como custo e não como investimento. A falta de planejamento, integração com outras políticas públicas e acesso a recursos impede que iniciativas culturais gerem impacto econômico, turístico e social. Esta palestra apresenta como a cultura pode ser estruturada como política estratégica, capaz de movimentar a economia local, fortalecer identidades e ampliar oportunidades para a população.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Cultura como vetor de desenvolvimento econômico, turismo e geração de renda
- › Integração da cultura com educação, turismo e desenvolvimento regional
- › Captação de recursos, editais e políticas de incentivo cultural
- › Papel do Executivo e do Legislativo na estruturação e fomento da cultura
- › Boas práticas municipais que transformaram cultura em desenvolvimento sustentável

13

**Eduardo Loureiro**

Deputado Estadual

CHEIAS E TEMPORAIS

PREVENÇÃO DE DESASTRES EM PERÍODOS DE CHUVAS: COMO OS MUNICÍPIOS DEVEM SE PREPARAR, AGIR E RESPONDER COM EFICIÊNCIA

Enchentes, deslizamentos e alagamentos têm causado prejuízos cada vez maiores aos municípios, especialmente quando não há planejamento preventivo e protocolos claros de resposta. Muitas administrações enfrentam dificuldades na tomada de decisões rápidas, na coordenação entre setores e na adoção de medidas emergenciais dentro da legalidade. Esta palestra apresenta orientações práticas para que gestores e legisladores atuem na prevenção de tragédias, na preparação das equipes e na organização de respostas rápidas e eficientes em situações de crise.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Planejamento preventivo: mapeamento de áreas de risco, monitoramento e planos de contingência
- › Papel do Executivo e do Legislativo na prevenção e fiscalização de políticas de proteção e defesa civil
- › Protocolos de atuação em situações emergenciais: quem decide, quem executa e como agir rapidamente
- › Contratações emergenciais, decretos de calamidade e segurança jurídica das decisões
- › Coordenação entre secretarias, Defesa Civil, comunidade e órgãos estaduais para respostas eficientes

14

**José Fortunati**

Deputado estadual e federal, duas vezes vice-prefeito de Porto Alegre, secretário estadual da Educação e secretário municipal do Planejamento, além de secretário Extraordinário da Copa de 2014. No seu segundo mandato como vice-prefeito, em 2008, Fortunati assumiu o comando da Prefeitura de Porto Alegre, onde foi reeleito

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: COMO ESTRUTURAR UMA REDE DE PROTEÇÃO EFICAZ NO MUNICÍPIO

A violência contra a mulher exige uma atuação coordenada e eficiente do poder público, mas muitos municípios ainda enfrentam dificuldades na integração entre serviços, na prevenção e no atendimento adequado às vítimas. A ausência de uma rede estruturada gera revitimização, falhas no atendimento e baixa efetividade das políticas públicas. Esta palestra apresenta caminhos práticos para organizar e fortalecer a rede de proteção, garantindo atendimento humanizado, respostas rápidas e atuação integrada entre Executivo, Legislativo e demais instituições.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Estruturação da rede de proteção: saúde, assistência social, segurança pública e justiça
- › Fluxos de atendimento à vítima: acolhimento, encaminhamento e acompanhamento
- › Boas práticas municipais no enfrentamento à violência contra a mulher
- › Papel do Executivo e do Legislativo na criação e fortalecimento das políticas públicas
- › Integração entre órgãos e instituições para evitar falhas e retrabalho

15



Carolina Pellegrini

Professora universitária, Mestre e Doutora em Direito, com sólida experiência em estudos de gênero, infância e vulnerabilidades sociais.

POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS

DO INTERIOR AO PARLAMENTO: COMO TRANSFORMAR DEMANDAS DA COMUNIDADE EM POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS

Prefeitos, vereadores e lideranças locais convivem diariamente com demandas da comunidade que nem sempre conseguem se transformar em ações concretas do poder público. A falta de articulação institucional, planejamento e conhecimento dos caminhos políticos e administrativos acaba impedindo que necessidades reais se convertam em políticas públicas. Esta palestra apresenta como transformar as demandas da população em propostas estruturadas, capazes de avançar nos espaços de decisão e gerar resultados efetivos para os municípios.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Como identificar e organizar as principais demandas da comunidade
- › O papel do Legislativo na construção e encaminhamento de soluções para os municípios
- › Experiências práticas de transformação de demandas locais em políticas públicas concretas
- › Da reivindicação à política pública: caminhos institucionais e estratégias de articulação
- › Relacionamento com governos estaduais e federais para viabilizar projetos e recursos

16



Tiago Cadó

Deputado Estadual

17

**Joel**

Atuário, Pós-Graduado em Auditoria e Perícia, especialista em Previdência Pública e Privada, atuando desde 1989 nos diferentes sistemas de previdência. Desde 1998 atua junto aos RPPS, com o atendimento de mais de 160 RPPS no RS e Brasil. Consultor de Valores Mobiliários autorizado pela CVM desde 2014, tendo mais de 10 anos de atuação nessa área.

RPPS**REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL: COBRANÇAS DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E DO TCE/RS E OS DESAFIOS PÓS-EC Nº 136**

Com a não aprovação da obrigatoriedade prevista na EC nº 136, os municípios permanecem responsáveis por conduzir suas próprias reformas previdenciárias, sob maior vigilância do Ministério da Previdência e do TCE/RS. Nesta aula, são analisadas as exigências legais, os prazos e os impactos administrativos dessa nova realidade, além de estratégias práticas para prefeitos e gestores estruturarem seus projetos de reforma de forma técnica, sustentável e em conformidade com as normas federais.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Cenário pós-EC nº 136: implicações da não obrigatoriedade e autonomia municipal para conduzir reformas.
- › Adequação dos RPPS: ajustes nas regras de aposentadoria, alíquotas de contribuição e equilíbrio atuarial.
- › Riscos da inércia administrativa: apontamentos do TCE, irregularidades previdenciárias e bloqueio de certidões e transferências.
- › Cobranças dos órgãos de controle: orientações recentes e prazos definidos pelo Ministério da Previdência e TCE/RS.
- › Desafios políticos e técnicos: tramitação legislativa, diálogo com servidores e necessidade de pareceres especializados.

18

**Edison Imar Oliveira Mello**

Auditor Aposentado do TCE-RS, Economista, Professor Universitário, Consultor de INLEGIS

APONTAMENTOS DO TCE**RESOLUÇÃO Nº 1.216 DO TCE-RS E AS EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS: REGRAS, LIMITES E RESPONSABILIDADES**

As emendas impositivas têm ampliado o protagonismo do Poder Legislativo na definição de prioridades orçamentárias nos municípios. Contudo, sua aplicação exige atenção às regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas, especialmente após a Resolução nº 1.216 do TCE-RS, que trouxe orientações e parâmetros para a correta execução dessas emendas. A falta de planejamento, controle e transparência pode gerar apontamentos, rejeição de contas e responsabilização dos gestores. Esta palestra apresenta os principais cuidados que vereadores e gestores devem observar para garantir segurança jurídica e efetividade na execução das emendas impositivas.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Fundamentos das emendas impositivas municipais e sua previsão na Constituição
- › Papel do Legislativo na indicação e acompanhamento das emendas
- › Riscos mais comuns apontados pelo Tribunal de Contas e boas práticas para evitar irregularidades
- › Principais diretrizes da Resolução nº 1.216 do TCE-RS
- › Responsabilidades do Executivo na execução orçamentária e financeira

19



Caroline Turri

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM)

AUTISMO E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS

AUTISMO (TEA) E OUTRAS NEURODIVERGÊNCIAS: RESPONSABILIDADES DOS MUNICÍPIOS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

A ampliação das políticas públicas voltadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a outras neurodivergências tem gerado novas responsabilidades para os municípios, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social. Muitos gestores e legisladores enfrentam dúvidas sobre como estruturar políticas inclusivas, cumprir a legislação e evitar omissões que podem gerar responsabilização administrativa e judicial. Esta palestra apresenta as principais normas aplicáveis e orienta como os municípios podem organizar políticas públicas eficazes de inclusão, atendimento e garantia de direitos.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Legislação nacional sobre autismo e neurodivergências e seus impactos nos municípios
- › Estruturação de políticas públicas de inclusão e atendimento especializado
- › Boas práticas municipais para ampliar o atendimento e evitar judicialização de demandas
- › Responsabilidades do poder público municipal nas áreas de saúde, educação e assistência
- › Papel do Legislativo na criação de leis e fiscalização das políticas de inclusão

20



Ms Cleber Nascimento

Servidor TCE-RS, há 25 anos Possui graduação em Administração pela Faculdade Porto Alegrense de Ciências Contábeis e Administração (1990) e segunda formação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Mestre em Gestão Pública – Universidade Luterana/RS. Mestre em Contabilidade pela Unisinos.

LIMITE DE DESPESAS

PRINCIPAIS APONTAMENTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS: O QUE GESTORES E VEREADORES PRECISAM SABER PARA EVITAR PROBLEMAS NA GESTÃO

Grande parte das irregularidades apontadas pelos Tribunais de Contas decorre de falhas recorrentes de gestão, muitas vezes causadas por desconhecimento das normas ou ausência de controles internos eficientes. Prefeitos, vereadores e equipes técnicas precisam compreender quais são os principais pontos de fiscalização para prevenir apontamentos, evitar responsabilizações e garantir uma administração segura. Esta palestra apresenta um panorama atualizado das principais falhas identificadas pelo Tribunal de Contas e orientações práticas para conduzir a gestão pública com mais tranquilidade e segurança jurídica.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Principais apontamentos do Tribunal de Contas em fiscalizações recentes
- › Problemas frequentes em diárias, cargos em comissão e gastos públicos
- › Boas práticas administrativas para reduzir riscos e evitar responsabilização de gestores e vereadores
- › Falhas recorrentes em licitações, contratos e execução orçamentária
- › Importância do controle interno e da organização documental

21

**Thais Krahn**

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria

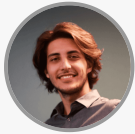
13º SUBSÍDIO E TERÇO DE FÉRIAS**PAGAMENTO DE 13º SUBSÍDIO E TERÇO DE FÉRIAS A AGENTES POLÍTICOS – NOVO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS**

Estudos de casos e entendimentos dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas para prevenir irregularidades e corrigir erros frequentes na administração pública. Foco prático em agentes políticos, gestão de pessoal, licitações e contratos.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Agentes políticos: 13º subsídio e terço de férias — novo entendimento do TCE-RS, fundamentos, efeitos e cautelas;
- › Licitações e contratos: configuração de erro grosseiro, riscos mais frequentes.
- › Gestão de pessoal: acumulação de cargos, teto remuneratório, frequência/carga horária, horas extras, contratações temporárias, diárias, nepotismo, pagamento de insalubridade sem laudo;
- › Jurisprudência aplicada: leading cases STF/STJ/TCEs, enunciados/súmulas e parâmetros para tomada de decisão.

22

**Guilherme Stumpf**

Advogado, formado pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

ASSESSORAMENTO EFICIENTE**PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E A AUSÊNCIA DE RESPOSTA DO PREFEITO: RESPONSABILIDADE, CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS CABÍVEIS**

A gestão de crises é uma competência indispensável para municípios que enfrentam situações inesperadas como desastres naturais, falhas administrativas, escândalos institucionais ou interrupções de serviços essenciais. Esta palestra apresenta os fundamentos teóricos e práticos da gestão de crises no setor público, com foco na prevenção, resposta rápida e mitigação de danos. O objetivo é capacitar gestores, vereadores e servidores a estruturarem planos de contingência eficientes, reduzindo impactos financeiros, jurídicos e reputacionais, assegurando continuidade administrativa e proteção do interesse público.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Conceito de crise no setor público: diferenças entre risco, incidente e crise institucional
- › Planejamento de contingências: estrutura, responsabilidades e protocolos de atuação
- › Comunicação estratégica em momentos críticos: transparência, controle de danos e relação com imprensa e redes sociais
- › Responsabilidade do gestor em situações de crise: prevenção de improbidade e mitigação de riscos legais
- › Mapeamento de riscos e análise de vulnerabilidades na administração municipal
- › Comitê de crise: composição, tomada de decisão e fluxo de comunicação interna
- › Continuidade dos serviços públicos essenciais: medidas emergenciais e respaldo jurídico

23



Valéria Saraiva

Graduada em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela UFRGS, Pós-Graduada em Gestão de Vendas e Relacionamento com o Cliente. Presta Consultorias e Mentorias nas áreas de Marketing, Vendas, Gestão e Relacionamento com Clientes e Públicos. Experiência de mais de 15 anos em médias e grandes empresas do Brasil, como Grupo O Boticário e Grendene, com atuação nas áreas de Gestão Estratégica de Marketing, Comunicação e Vendas.

AI NO PODER PÚBLICO

IA NO MANDATO: COMO REDUZIR SOBRECARGA, GANHAR AGILIDADE E ENTREGAR RESULTADOS COM QUALIDADE

Gabinetes sobrecarregados, demandas acumuladas e dificuldade em responder com rapidez são problemas recorrentes no dia a dia do poder público. A falta de organização e padronização impacta diretamente a qualidade da comunicação e da prestação de contas. Esta palestra apresenta como a Inteligência Artificial pode ser utilizada de forma prática para organizar rotinas, agilizar respostas e qualificar a atuação institucional, sem perder o controle e a segurança das informações.

O QUE SERÁ ABORDADO

- › Organização de demandas e prioridades com apoio da Inteligência Artificial
- › Apoio na elaboração de documentos, relatórios e prestação de contas
- › Cuidados no uso da IA: limites legais, proteção de dados e boas práticas no setor público
- › Automatização de respostas e atendimento ao cidadão com mais agilidade
- › Padronização de informações e redução de erros no gabinete

Grade Horária

TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
<p>10h Credenciamento e Retirada de Material</p> <p>14h – 16h Turno de Aula</p>	<p>09h – 11h50 Turno de Aula</p> <p>14h – 17h Turno de Aula</p>	<p>09h – 11h50 Turno de Aula</p> <p>14h – 17h Turno de Aula</p>	<p>08h30 – 10h30 Turno de Aula</p> <p>11h Entrega do Certificado</p>

Depoimentos

<p>★★★★★</p> <p><i>Excelente conteúdo! Voltei para a câmara com uma visão completamente nova sobre gestão e segurança jurídica. Recomendo a todos os colegas parlamentares.</i></p> <p>Carlos Eduardo M. Vereador, SP</p>	<p>★★★★★</p> <p><i>Participei pela terceira vez e cada edição traz novidades importantes. O módulo sobre Tribunais de Contas foi revelador para nossa câmara.</i></p> <p>Maria Aparecida S. Presidente de Câmara, MG</p>	<p>★★★★★</p> <p><i>Como assessora, o treinamento mudou completamente minha forma de trabalhar. Os instrutores dominam o assunto e são muito didáticos.</i></p> <p>Juliana R. F. Assessora Parlamentar, PR</p>
--	---	--

Inscrição

<p>◆ O que está incluso</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 5 dias de capacitação intensiva ✓ Acesso a todas as sessões do módulo estendido 	<p>● Vagas limitadas — inscrições abertas</p> <p>INVESTIMENTO TOTAL</p> <p>R\$1.690</p>
---	---

- ✓ Material didático completo
- ✓ Certificado de participação com carga horária
- ✓ Sessões de Q&A direto com os palestrantes
- ✓ Networking com parlamentares de todo o Brasil
- ✓ Suporte da equipe durante o evento
- ✓ Acesso ao conteúdo digital e gravações

PRIMEIROS INSCRITOS

Mochila para Notebook

Garrafa de Agua Inox de 1.200l

Bloco de Anotação

Retenção IRRF

O Valor acima é o valor do empenho. O boleto será emitido com o valor do IRRF devidamente descontado. Pessoa Física, fazer inscrição via whatsapp

Inscriver via WhatsApp[🔗 Acessar página de inscrição](#)

🔒 Dados seguros · Sem compromisso

Dados de Empenho: INLEGIS – Consultoria e Treinamento, CNPJ: 30.050.141/0001-80 - INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 608.267.2.0 - ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre. E-MAIL: financeiro@inlegis.com.br, FONE: 51-3015-5809

O que acontece depois?

- 1 Para realizar sua inscrição acesse o link acima
- 2 Após a sua inscrição ela já esta confirmada, o não pagamento do boleto não cancela a inscrição
- 3 Caso não possa comparecer, nos avise com 24h antes. Após este prazo não é possível fazer o cancelamento



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA DE VEREADORES DE SARANDI - RS
Palácio Naum Grossi

REQUISIÇÃO DE DIÁRIA Nº 54/2026

SOLICITO QUE SEJA AUTORIZADO A EMPENHAR

Nome: JOÃO CARLOS DA SILVA ALVES | **Código:** 237/2

Que se Afastará no Período de: 07 a 10 de abril de 2026

Roteiro a Percorrer: Sarandi/RS a Porto Alegre/RS (Ida e Volta)

Dotação: 524.0

Valor da Diária: R\$ 617,05 (com pernoite) e R\$ 308,52 (sem pernoite)

Quantidade de Diárias: 3 (com pernoite) 1 (sem pernoite)

Total a Pagar: R\$ 2.159,67

Do Pagamento: PIX - CPF: 665.092.970-00

MOTIVO DA VIAGEM

Viagem com saída pela manhã do dia 7/04 (terça), para realizar Curso de especialização no INLEGIS - Consultoria e Treinamento, com o seguinte temário: ATUALIZAÇÃO, GESTÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR. Início na terça no período da tarde e término na sexta-feira, 10 de abril, fim da manhã. Após encerrados os compromissos retorno à Sarandi, chegando no fim do dia.

Sarandi/RS, 06 de abril de 2026

JOÃO CARLOS DA SILVA ALVES

Vereador - Bancada PP



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
SARANDI**

AV. SETE DE SETEMBRO, 1790 - 99560-000
90.161.779/0001-10 - (54) 3361-1911


Manifesto do Documento

Para confirmar a integridade do documento, basta informar a chave de autenticação (1DB87949DDBE6BE9) no site: <https://citta.click/1DB87949DDBE6BE9>

REQUISIÇÃO DE DIÁRIA		Autenticação
Protocolo 000762 de 06/04/2026 13:46:47		 1DB87949DDBE6BE9
Documento 000054 / 2026	Processo 000212 / 2026	


Assinatura Eletrônica Simples

Identificação: WILMAR JOSE DE AZEREDO
CPF: 346***.***49
Assinado em: 06/04/2026 10:26:23
Local: IP: 131.221.15.240 Geolocalização: -27.945245, -52.920513



Assinatura Eletrônica Simples

Identificação: JOÃO CARLOS DA SILVA ALVES
CPF: 665***.***00
Assinado em: 06/04/2026 09:37:14
Local: IP: 45.7.20.75



Hash do documento (SHA-256): 687c8909ad571bc86075efb1549b1319c036611f35c84e4f73ecff388e0cb96c

Documento assinado eletronicamente, conforme relação de assinatura(s) acima identificadas(s), assinado nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020; MP 2.2002/01.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
SARANDI**

AV. SETE DE SETEMBRO, 1790 - 99560-000
90.161.779/0001-10 - (54) 3361-1911

Manifesto do Documento

Para confirmar a integridade do documento, basta informar a chave de autenticação (95C1CEED34BDB637) no site:

Autenticação



95C1CEED34BDB637

Assinatura Eletrônica Simples



Identificação: RUBENS DA SILVA MARTINS

CPF: 500***.***00

Assinado em: 07/04/2026 08:22:13

Local: IP: 45.7.20.75 Geolocalização: -27.942864, -52.919818

Hash do documento (SHA-256): 630165fd4660f4398033fecb4309ce32a25f226f696ef1010620243a1fb600bb

Documento assinado eletronicamente, conforme relação de assinatura(s) acima identificadas(s), assinado nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020; MP 2.2002/01.



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA DE VEREADORES DE SARANDI - RS
Palácio Naum Grossi

RELATÓRIO DE VIAGEM Nº 54/2026

Viagem até Porto Alegre, com saída no dia 07 de abril pela manhã para participar de curso de especialização na INLEGIS com o seguinte tema: "61º Encontro de Legislativos: atualização, gestão e segurança jurídica na atuação parlamentar". Carga horária de 17 horas/aula. Após encerrado o treinamento, na manhã do dia 10 de abril, retornei à Sarandi, chegando no fim da tarde. Especialização válida para que possamos exercer com qualidade a nossa função.

Sendo o que havia para o momento e, certo (a) de sua compreensão, subscrevo o presente relatório.

Sarandi/RS, **14 de abril de 2026.**

JOÃO CARLOS DA SILVA ALVES

Vereador da Bancada do PP



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
SARANDI**

AV. SETE DE SETEMBRO, 1790 - 99560-000
90.161.779/0001-10 - (54) 3361-1911

Manifesto do Documento

Para confirmar a integridade do documento, basta informar a chave de autenticação (E2843912FFF16B0E) no site:
<https://citta.click/E2843912FFF16B0E>

RELATÓRIO DE VIAGEM		Autenticação
Protocolo 000853 de 14/04/2026 15:26:03		 E2843912FFF16B0E
Documento	Processo	
000054 / 2026	-	

	Assinatura Eletrônica Simples
	Identificação: JOÃO CARLOS DA SILVA ALVES
	CPF: 665***.***00
	Assinado em: 14/04/2026 15:26:02
	Local: IP: 45.7.20.75

Hash do documento (SHA-256): a231038d1b82371fbdbc17489ae0849e7974531fe836119e9cc92e4b807209e0

Documento assinado eletronicamente, conforme relação de assinatura(s) acima identificadas(s), assinado nos termos da Lei Federal nº 14.063/2020; MP 2.2002/01.



CERTIFICADO

JOÃO CARLOS DA SILVA ALVES

Sarandi

Participou com sucesso do Curso "0026/0704 – 61º ENCONTRO DE LEGISLATIVOS: ATUALIZAÇÃO, GESTÃO E SEGURANÇA JURÍDICA NA ATUAÇÃO PARLAMENTAR".

Realizado nos dias 07/04/2026 a 10/04/2026 no Auditório do INLEGIS, em Porto Alegre-RS, com carga horária de 17 horas/aula, com toda honra, direitos e privilégios inerentes, como prova este certificado.

Certificado emitido com comparecimento comprovado via lista de presença.

O aluno obteve a presença exigida.

Certificado registrado: 0026/0704

PORTO ALEGRE-RS, 10/04/2026

INLEGIS - CONSULTORIA E TREINAMENTO

30.050.141/0001-80



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Sarandi – RS
 Palácio Naum Grossi

EXTRA O DOCUMENTO FISCAL DE Nº INDICADO COMPROVANTE Nº

enota

PagBank VIA ESTABELECIMENTO
 AUTO: F29175

REIMPRESSÃO

07/ABR/2026 12:26
 R\$ **37,90**

VENDA CREDITO MASTERCARD

BAURU DO CENTRO
 CNPJ: 49.314.589/0001-91 NSU: 040776319690
 CV: 789721 SANS: PBA1246172747
 LABEL: Mastercard ARQC: 9A4BE44E12400AE7
 AID: A0000000041010

NFC-e

Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica

BAURU DO CENTRO LTDA
 CNPJ: 49.314.589/0001-91 / IE: 09639441113
 PC COM DE PORTO ALEGRE 15, LOJA B - CENTRO
 HISTORICO - C/P: 96020130 - PORTO ALEGRE - RS -
 Fone: (51) 98663-1000

Document: Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
 EMITIDA EM CONTINGÊNCIA
 Pendente de Autorização

Qtde.	Unid.	Descrição do Item	Vlr. Unit	Vlr. Tot
3		ALANQUITA		
1	UN	X	37,9	37,90

Qtde. Total de Itens 1
 Valor Total R\$ 37,90

Valor a Pagar R\$ 37,90

FORMA DE PAGAMENTO VALOR PAGO R\$
 Cartão de Crédito 37,90

Consulte pela chave de Acesso em
www.sefaz.rs.gov.br/nfce/consulta

43260449314589000191650070000015209785615106

CONSUMIDOR CPF: 665.092.970-00
NFC-e nº 1520 Série 7
07/04/2026 12:26:50
 EMITIDA EM CONTINGÊNCIA
 Pendente de Autorização

Tributos Totais Incidentes
 Lei Federal 12.741/2012 R\$ 11,54

AlpinoTecnologia.com.br | 54.2104.7007

EXTRA O DOCUMENTO FISCAL DE Nº INDICADO COMPROVANTE Nº

Venda Facil - www.autonIZESistemas.com.br
 Tributos Totais Incidentes(Lei Federal 12.741/12): R\$ 14,52
 Autonize Sistemas Ltda

JEFE GRILL PRAIA DE BELAS - LA ESTANCIA
 CNPJ: 23.979.155/0002-06 M V B COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
 EM
 AV PRAIA DE BELAS, 1181 LJ 2080/2081BC PRAIA DE BELAS Porto
 Alegre-RS 90110-001
 Fone: I.E. :096/3663658

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica

#	Código	Descrição	Qtde	Un	Valor unit.	Valor total
001	13	ALA ALCATRA	1	UN	X 39,00	39,00
002	2	Servico 10%	1	UN	X 3,90	3,90
Qtde. total de itens						002
Valor total R\$						42,90
FORMA DE PAGAMENTO						VALOR PAGO R\$
Cartão de Crédito						42,90

Consulte pela Chave de Acesso em
www.sefaz.rs.gov.br/nfce/consulta
 4326 0423 9791 5500 0206 6500 1000 1423 0317 3631 5070

CONSUMIDOR - CPF 665.092.970-00

NFC-e nº 000142303 Série 001
 07/04/2026 19:37:13
 Protocolo de
 Autorização:
 243260871239648
 Data de Autorização
 07/04/2026 19:37:14

DOC. : 66509297000

Abertura: 07/04/2026 19:33:54
 (1 COMANDA PAGA) C:50

Autenticação do documento no site <https://citta.click/0D601CE21943B666> utilizando a chave '0D601CE21943B666'



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Sarandi – RS
 Palácio Naum Grossi

Fabricio Degasperri
 CNPJ: 09.404.504/0001-41 IE: 302/0003158
 Fone:
 Est. BR 386, Km 297, 0 - Alto Pousa Novo
 Pousa Novo/RS - CEP: 95945-000

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor

CODIGO	QUANTIDADE	UNID.	DESCRICOAO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
2	1	UN x	CAFE	14,50	14,50
QTD. TOTAL DE ITENS					1
VALOR TOTAL R\$					14,50
FORMA DE PAGAMENTO					VALOR PAGO
Cartão de Crédito					14,50

Consulte pela Chave de Acesso em
www.sefaz.rs.gov.br/nfce/consulta
 4326 0409 4045 0400 0141 65001000 2191 019 3220 3772

CONSUMIDOR CPF: 665.092.970-00
 Consumidor Final



Nº: 219101 Série: 1
 Emissão: 07/04/2026 09:23:00
 Protocolo de Autorização:
 243260666063077
 07/04/2026 09:23:22

Vendedor: Caixa (1)

Informação dos Tributos Totais Incidentes (Lei Federal 12.741/2012) R\$ 4,95
 (34,14%) - Fed.: R\$ 2,05 Est.: R\$ 2,90 Mun.: R\$ 0,00 - Fonte: IBPT

MASTER NF-E - WWW.OFFICESYSTEM.COM.BR

NFC-e

Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica
 BOULEVARD DUQUE LANCHES LTDA ME
 CNPJ: 23.585.924/0001-00 / IE: 0963645099
 DUQUE DE CAXIAS, 1563 - CENTRO HISTORICO - CEP:
 90070283 - PORTO ALEGRE - RS

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor
 Eletrônica

Qtde.	Unid.	Descrição do Item	Vlr. Unit	Vlr. Tot
1	UN	REFEICAO	37	37,00

Qtde. Total de Itens 1
 Valor Total R\$ 37,00

Valor a Pagar R\$ 37,00
 FORMA DE PAGAMENTO VALOR PAGO R\$
 Cartão de Crédito 37,00

Consulte pela Chave de Acesso em
www.sefaz.rs.gov.br/nfce/consulta

43260423585924000100650030000120111236283682

CONSUMIDOR CPF: 665.092.970-00
 NFC-e nº 12011 Série 3
 08/04/2026 21:13:50
 Protocolo de Autorização: 243260679221229
 Data de Autorização: 08/04/2026 21:13:54



Tributos Totais Incidentes
 (Lei Federal 12.741/2012) R\$ 11,27

AlpinoTecnologia.com.br|54 2104-7607

VIA CLIENTE
 CREDITO A VISTA R\$ 37,00

MASTERCARD
 AUTO: F86197
 ATD: A0000000041010 CREDITO A VISTA

08/04/2026 21:13 TERM: SD230405
 BOULEVARD DA DUQUE CNPJ: 23.585.924/0001-00

Autenticação do documento no site <https://citta.click/0D601CE21943B666> utilizando a chave '0D601CE21943B666'



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara de Vereadores de Sarandi – RS
 Palácio Naum Grossi

MATRICE REST LTDA
 CNPJ: 37202747000132
 Inscr. Estadual: 963814699
 LG JOAO AMORIM ALBUQUERQUE, 30
 Bairro: CENTRO HISTORICO
 Cidade: Porto Alegre/RS
 CEP: 90010250

DANFE NFC-e

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

1:[1]Buffet livre 1 UN x 38,00 = 38,00
 2:[10]Pitichulinha 1 UN x 3,50 = 3,50
QUANTIDADE TOTAL DE ITENS 2
VALOR TOTAL R\$ 41,50
FORMA DE PAGAMENTO
 Cartão de Crédito 41,50

Número: 2527 Série: 18
 Emissão: 08/04/2026 12133120
 Consulte pela chave de acesso em
www.sefaz.rs.gov.br/nfce/consulta
CHAVE DE ACESSO
 4326 0437 2027 4700 0132 6501 8000 0025
 2715 5481 4831

CONSUMIDOR

Cidade:
 CNPJ/CPF: 66509297000

Documento emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional
 Não gera direito a crédito fiscal de IPI

Tributos aprox. (Lei Fed. 12.741/2012)
 Fed: R\$ 1,14 Est: R\$ 1,24

Protocolo de Autorização: 243260674276854
 08/04/2026 12133122



NFC-e emitida por Vero Nota Integrada

RESTAURANTE RIMA SABORES LTDA
 CNPJ: 13445372000173
 Inscr. Estadual: 0963423312
 Rua dos Andradas, 1085/3 ANDAR
 Bairro: Centro Histórico
 Cidade: Porto Alegre/RS
 CEP: 90020015

DANFE NFC-e

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica - Não permite aproveitamento de crédito de ICMS

1:[0003]BUFFET LIVRE 1 UN x 51,00 = 51,00
 2:[0007]ÁGUA 500 1 UN x 8,00 = 8,00
QUANTIDADE TOTAL DE ITENS 2
VALOR TOTAL R\$ 59,00
FORMA DE PAGAMENTO
 Cartão de Crédito 59,00

Número: 5389 Série: 39
 Emissão: 09/04/2026 13112108
 Consulte pela chave de acesso em
www.sefaz.rs.gov.br/nfce/consulta
CHAVE DE ACESSO
 4326 0413 4453 7200 0173 6503 9000 0053
 8910 2753 1901

CONSUMIDOR

Cidade:
 CNPJ/CPF: 66509297000

Tributos aprox. (Lei Fed. 12.741/2012)
 Fed: R\$ 2,15 Est: R\$ 2,06

Protocolo de Autorização: 243260682031116
 09/04/2026 13112105



NFC-e emitida por Vero Nota Integrada

Autenticação do documento no site <https://citta.click/OD601CE21943B666> utilizando a chave 'OD601CE21943B666'